



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal das Subprefeituras, Subprefeitura Lapa
caadesla@smsub.prefeitura.sp.gov.br 2024 a 2026

Ata da reunião ordinária do Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura da Lapa, realizada no dia 17 de setembro de 2025.

Às 18h30 do dia 17 de setembro de 2025, na Subprefeitura Lapa, Rua Guaicurus, 1000, foi iniciada reunião ordinária do CADES Lapa. Procede-se à verificação de presença, constatando-se a participação dos seguintes Conselheiras e Conselheiros:

Representantes da Sociedade Civil Titulares:

Jupira Cauhy – **presente**
Helena Magozo – **ausência justificada**
Alexandra Swerts – **presente**
Ligia Rocha – **presente**
Néle de Azevedo – **presente**
Caritas Basso – **presente**
Olívia Gurjão – **presente**
José Carlos Queiroz – **ausência justificada**

Representantes da Sociedade Civil Suplentes:

Valdivia Passoni – **ausente**
Eduardo Mello – **ausente**
Alice Wey – **ausente**
Eider Câmara – **ausente**
Steven Beggs – **presente**
Leandro Gomes – **ausente**
Ana Paula Foroni – **ausente**

Representantes do poder público

Presidente CADES Lapa, Subprefeito Paulo Telhada – **ausente**
Subprefeitura Lapa – **presente**, Afonso Rennó
Secretaria Verde e Meio Ambiente – **presente**, Cyra Malta
Secretaria de Transportes – **presente**, Almir Matos
Secretaria de Educação – um novo representante estava presente, mas ainda não nomeado, Luiz Augusto Imatto
Secretaria de Saúde – **ausente**
Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social – **ausente**
Secretaria de Esportes – **ausente**

Também estavam presentes na reunião: Berel Hofjud (Secretário CPM Lapa, Distrito Jaguara), Diana Stay (Distrito Perdizes), José Roberto Pereira (Distrito Barra Funda), Claudia Frederico (Distrito Lapa), William Mendes (assessor Vereadora Renata Falzoni) e Nilson Kuratomi (Coordenador de Projetos e Obras da SubLapa)

Com a ausência do Subprefeito e Presidente do CADES Lapa, Sr. Paulo Telhada, a reunião foi presidida pelo Conselheiro Afonso Rennó, representante da Subprefeitura Lapa.

Pauta

1 – Deliberação sobre as atas das reuniões realizadas em 16 de julho e 20 de agosto de 2025; 2 – Apresentação dos Grupos de Trabalho, 2.1 – GT Arborização e Águas; Subgrupo Bacia Tiburtino/Curtume; Subgrupo Estudo e Projeto Integrado Rua Sepetiba: - Projeto Integrado Rua Sepetiba: reunião comunitária realizada em 23 de agosto de 2025; encaminhamentos Subprefeitura Lapa sobre o Termo de Cooperação; encaminhamentos sobre a implantação de jardins de chuva, proposta eleita no processo de Orçamento Cidadão; - Andamento dos projetos SIURB e SP Obras de drenagem dos Córregos Água Branca, Água Preta e Sumaré; - Atualização sobre o projeto “O verde pede passagem”; - Retorno da consulta à SVMA sobre manejo arbóreo do Parque da Água Branca; 2.2 – GT Mapeamento do ruído da Lapa pela ótica da incomodidade: - Decisão do TJSP que considerou inconstitucional o Artigo 5º da Lei n. 18.209, de 20 de dezembro de 2024, que excluía shows e eventos da fiscalização de limites de ruído; - Coletivos de moradores do território da Lapa afetados pela poluição sonora; - Atividades da Frente Cidadão pela Despoluição Sonora; 2.3 – GT de Regulamentação da Lei 16.212/15 sobre Gestão Participativa de Praças; Subgrupo Comitês de Usuários/as de Praças: - Retorno Secretário SMSUB sobre minuta de regulamentação; - Pendências de encaminhamentos com a Subprefeitura Lapa; 2.4 – GT Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: - Entrega do novo local do Pátio de Compostagem Lapa, na Vila Jaguará; 3 – Informes: - Continuidade do Plantio para Adensamento Arbóreo da Área de Preservação Permanente do Córrego Água Branca (Avenida Marquês de São Vicente com Rua Torres da Barra), com a realização do 5º Plantio Colaborativo com moradores, Conselheiras/os do CADES, GGOUCAB, Conselho Zeis Água Branca; SVMA, SubLapa; Instituto Rogacionista e escolas, em 22 de outubro de 2025; - Propostas indicadas pela votação popular do Orçamento Cidadão, que se relacionam com os GTs do CADES Lapa; - Denúncias apresentadas à SubLapa, DPH/CONPRESP e ARSESP sobre irregularidades e ilegalidades durante a realização de eventos no Parque da Água Branca.

1 – Deliberação sobre as atas das reuniões realizadas em 16 de julho e 20 de agosto de 2025

Conselheira Jupira Cauhy, pede a deliberação do conselho, que aprova as atas enviadas com antecedência, com 10 votos favoráveis das/dos Conselheiras/os Jupira Cauhy, Alexandra Swerts, Ligia Rocha, Néle de Azevedo, Caritas Basso, Olivia Gurjão, Steven Beggs, Afonso Rennó, Cyra Malta, Almir Matos.

2 – Apresentação dos Grupos de Trabalho

O Coordenador de Projetos e Obras, Sr. Nilson Kuratomi, esteve presente no início da reunião, para dar informes sobre os pontos de pauta - implantação de jardins de chuva; decisão do TJSP que considerou inconstitucional o Artigo 5º da Lei n. 18.209, de 20 de dezembro de 2024 e Denúncias apresentadas à SubLapa, DPH/CONPRESP e ARSESP sobre irregularidades e ilegalidades durante a realização de eventos no Parque da Água Branca.

2.1 – GT Arborização e Águas; Subgrupo Bacia Tiburtino/Curtume; Subgrupo Estudo e Projeto Integrado Rua Sepetiba:

- Apresentação atualizada do projeto “O verde pede passagem”

A representante Diana Stay, da AMORA – Associação de Moradores de Perdizes, discorreu que o projeto O VERDE PEDE PASSAGEM é uma continuidade de uma iniciativa do GT Verde & Meio Ambiente da AMORA, junto à Subprefeitura da Lapa e à Secretaria do Verde. No projeto anterior, o ABRACE SEU QUARTEIRÃO, já apresentado ao CADES Lapa, foram identificados os locais de plantio de novas árvores em Perdizes, com o objetivo de dobrar a arborização do bairro. Cita que a campanha, iniciada em 2023,

mobilizou moradores que percorreram os sete eixos principais, identificando cerca de 200 pontos aptos para plantio, iniciados em fevereiro de 2025 pela Secretaria do Verde. Com o atual projeto, a proposta é mapear o estado das árvores existentes para garantir sua preservação e, quando preciso, o replantio. Destaca que esse contínuo levantamento tem como objetivo levar à prefeitura uma das mais importantes demandas nesse momento de aquecimento do clima: aumentar o verde na região de Perdizes e que o mapeamento das árvores foi inteiramente realizado por moradores de Perdizes, com o intuito de chamar a atenção de árvores que necessitam cuidado, espaços ociosos onde podem e devem ser plantadas novas árvores, com a indicação da necessidade de destocagem do berço. Informa que o resultado será enviado ao CADES Lapa e à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA). Seguiu-se uma apresentação comentada e visualizada, com imagens, mapas e planilha, indicando a localização de cada uma das árvores mapeadas e suas condições, totalizando 784 respostas coletadas e 541 imagens mapeadas com problemas identificados, sendo: 48 berços vazios; 64 destocar para plantar; 64 doentes ou mortas; 16 em risco de tombar; 47 fios emaranhados; 26 indicação de locais para criação de berço; 2 em outras situações e 274 árvores estranguladas. Finaliza apresentando sugestões para as seguintes situações: Berços para árvores vazios: Sugestão – realizar o plantio de novas mudas nativas e adequadas ao espaço urbano e priorizar espécies que favoreçam a biodiversidade, sejam frutíferas e gerem sombra, Encaminhamento – solicitar à Prefeitura o envio de mudas e equipe para plantio. Destocar troncos mortos para replantio: Remover os tocos com segurança e preparar o solo para receber novas árvores; requerer serviço de destocamento e replantio com acompanhamento técnico. Árvores doentes ou mortas: Sugestão – avaliação técnica por engenheiro agrônomo ou biólogo para definir poda, tratamento ou remoção, Encaminhamento – solicitar laudo técnico e plano de substituição por espécies saudáveis; Árvores em risco de tombar: Sugestão – Intervenção com poda de segurança, escoramento ou remoção, conforme avaliação técnica, Encaminhamento – Enviar relatório à Defesa Civil e ao setor de arborização urbana; Fios emaranhados em árvores: Sugestão – Ação conjunta entre Prefeitura e concessionária de energia para poda técnica e reordenamento dos fios, Encaminhamento – Solicitar reunião com a empresa responsável, Enel, para plano de ação; Indicação de locais para criação de novos berços: Sugestão: Criar berços nas áreas viáveis conforme indicado ou nas proximidades com potencial para arborização, Encaminhamento: Análise da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, com envio de equipe técnica e avaliação de viabilidade, Solicitação à Prefeitura o envio de mudas e equipe técnica para abertura do berço e plantio; Outras situações: Sugestão: Avaliação pontual, Encaminhamento – solicitação de análise técnica; Árvores estranguladas por concreto ou estruturas: Sugestão – remoção do concreto ao redor do tronco e raízes, criação de área permeável e respiro para a árvore, Encaminhamento – solicitar mutirão com apoio da Prefeitura e voluntários para desestrangulamento, ampliação saudável do berço, garantindo que a árvore receba os meios suficientes para manter-se viva; Recomendação – todas as ações serem realizadas com base em critérios ecológicos, segurança urbana e participação cidadã. Finaliza afirmando que a Associação Amora Perdizes se dispõe a colaborar com a Prefeitura na execução dessas ações, incluindo apoio comunitário, divulgação, e acompanhamento técnico.

- Projeto Integrado Rua Sepetiba: reunião comunitária realizada em 23 de agosto de 2025; encaminhamentos Subprefeitura Lapa sobre o Termo de Cooperação; encaminhamentos sobre a implantação de jardins de chuva, proposta eleita no processo de Orçamento Cidadão;

Em 23 de agosto às 10h, os integrantes do GT fizeram uma reunião com moradores da Rua Sepetiba, onde foi apresentado à comunidade a versão atual do projeto da Rua Sepetiba pelo Cades Lapa - Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura Lapa e CET - Companhia de Engenharia de Tráfego da Prefeitura de São Paulo, que foi muito bem recebido. A etapa do projeto “Implantar jardins de chuva efetivos na Rua Sepetiba” ficou em segundo lugar pela votação popular no processo de escolha de propostas para Orçamento Cidadão

2025. As/os conselheiras/os encaminharam com o Conselheiro representante da Subprefeitura Lapa, agendar uma apresentação para o Coordenador de Projetos e Obras da Subprefeitura Lapa.

- Andamento dos projetos SIURB e SP Obras de drenagem dos Córregos Água Branca, Água Preta e Sumaré. Os informes serão apresentados na próxima reunião, com relato do que será apresentado na reunião Ordinária do Grupo de Gestão da OUCAB, agendada para 29 de setembro de 2025.

- Retorno da consulta à SVMA sobre manejo arbóreo do Parque da Água Branca

Conselheira Jupira Cauhy relata que o CADES Lapa recebeu um questionamento sobre o DESPACHO Nº 595/2025 da SVMA, publicado no Diário Oficial da Cidade de 04/04/2025, que revalida o Despacho publicado em 15/04/2024, autorizando a supressão de 152 (cento e cinquenta e dois) exemplares arbóreos do Parque da Água Branca. O questionamento se refere à validade da ART 2620240319004, documento 099832143 do SEI 6044.2024/0001861-1. Segundo informação da engenheira florestal Rose Pereira Muniz de Souza, responsável pela elaboração do laudo, conforme a ART 2620240319004 de 23/02/2024, a respectiva ART foi baixada em 11/09/2024. Portanto, a SVMA não poderia REVALIDAR o laudo de 2024, por não ter mais ART válida, e deveria ser feito novo laudo com nova ART. Por favor, pedimos que a SVMA verifique, com urgência, se estas informações e questionamento procedem, e tome as medidas cabíveis. O pedido de urgência se dá porque a remoção das árvores já está sendo realizada no Parque da Água Branca. Outro questionamento que fazemos é sobre o processo SEI 6044.2024/0001861-1 ter todos os seus documentos bloqueados para acesso público, impedindo o efetivo controle social dos Conselhos (CADES Lapa, Conselho de Orientação do Parque da Água Branca, outros). Relata que, em contato telefônico com a Diretora de DAU, esta informou que o laudo tem validade, por se tratar da situação das árvores e que é necessário uma nova ART para o manejo arbóreo.

2.2 – GT Mapeamento do ruído da Lapa pela ótica da incomodidade:

- Decisão do TJSP que considerou inconstitucional o Artigo 5º da Lei n. 18.209, de 20 de dezembro de 2024, que excluía shows e eventos da fiscalização de limites de ruído; Coletivos de moradores do território da Lapa afetados pela poluição sonora; Atividades da Frente Cidadão pela Despoluição Sonora.

Conselheira Jupira Cauhy informou que em julgamento realizado no dia 03 de setembro de 2025, o Tribunal de Justiça de São Paulo deu voto favorável ao pedido de inconstitucionalidade do Procurador Geral da Justiça, para o Artigo 5º da Lei 18.209, de 20 de dezembro de 2024, do Município de São Paulo, que incluiu shows e eventos nas exceções da alínea “d” do § 2º do art. 146 da Lei n. 16.402/2016, e retirou a fiscalização e autuação por ruído acima do permitido pela legislação correspondente. Detalha que a Lei 18.209/2024, aprovada pela maioria dos vereadores e sancionada pelo Prefeito Ricardo Nunes no mesmo dia, incluiu um “jabuti”, que é uma emenda sobre assunto diferente do projeto de lei que estava em votação, que permitiu que shows e eventos autorizados pela prefeitura não tivessem fiscalização e controle de ruído, e com isso, expondo a população aos efeitos nocivos da poluição sonora. Destaca a declaração do Prefeito Ricardo Nunes, amplamente divulgada pela imprensa: “*Tem que parar com esse negócio, essa perseguição com os eventos*”, “*Isso é uma grande balela. ... Qual que é o problema de ter shows no Allianz Parque?*” e que enviaria novo projeto de lei à CMSP, para flexibilizar o controle de ruído em shows e eventos. Relembra que após a aprovação da Lei 18.209/24, em dezembro de 2024, a Secretaria de Subprefeituras retirou o fechamento administrativo da Arena Allianz Parque, aplicado após 3 multas por ruído de shows acima do permitido pela legislação e que é a segunda vez que uma Lei Municipal que altera os limites de ruído, é declarada inconstitucional. Finaliza saudando o Ministério Público, o Procurador Geral da Justiça e os Desembargadores pela Ação de Inconstitucionalidade aprovada, que protege a população que está adoecida pelo excesso de ruído e pela irresponsabilidade de alguns vereadores/as e governantes.

Conselheira Jupira Cauhy informou que os coletivos de moradores do território da Lapa afetados pela poluição sonora: “Impactos de Vizinhança dos eventos realizados na Arena Allianz Parque”, “Movimento Zona Oeste Sem Ruído (Helicópteros)” e “Vizinhos e Frequentadores do Parque da Água Branca” aderiram à Frente Cidadã pela Despoluição Sonora. Finaliza que pelo mapeamento do GT, a população da Lapa também sofre com a poluição sonora dos shows realizados no Memorial da América Latina, de bares e outros comércios, de festas de rua (fluxo, pancadão) e de obras privadas e públicas.

Conselheira Jupira Cauhy apresentou a “Carta Aberta às Prefeitas, aos Prefeitos, Vereadoras e Vereadores do País” da Frente Cidadã pela Despoluição Sonora, para que adotem políticas públicas eficazes, eficientes e permanentes de despoluição sonora, em especial em áreas residenciais de grandes centros urbanos, destacando que o resultado da poluição sonora é uma grave crise de saúde pública, em grande parte evitável e que é preciso criar soluções capazes de garantir os direitos constitucionais à saúde e ao meio ambiente equilibrado, favorecendo assim a boa convivência urbana, propondo 12 passos para despoluir as cidades brasileiras desse mal invisível que adoece a população: 1. *Atualizar a legislação municipal para adotar os parâmetros de referência da OMS e integrar critérios de saúde pública aos licenciamentos, autorizações e alvarás, exigindo o Estudo de Impacto Acústico e Plano de Mitigação e Controle de Ruído para quaisquer atividades recreativas, comerciais ou sociais com alta emissão sonora*; 2. *Revogar as exceções existentes em leis municipais de ruído que liberam certas atividades da obrigação de obedecer a limites saudáveis de emissão sonora, bem como vedar amplificação em logradouros públicos ou espaços abertos sem autorização expressa e controle de níveis in loco*. 3. *Criar o Conselho Municipal de Saúde Acústica, com participação da sociedade civil, de instituições técnico-científicas e do poder público, com prerrogativa para propor normas, acompanhar dados, avaliar resultados e convocar audiências públicas, articulando saúde, meio ambiente, cultura, urbanismo e segurança*; 4. *Instalar a Comissão de Controle de Ruído Urbano, órgão deliberativo com poderes de definir protocolos, emitir pareceres vinculantes e aprovar os Estudos de Impacto Acústico e Planos de Mitigação e Controle de Ruído de atividades ruidosas*; 5. *Instituir a Autoridade Municipal de Despoluição Sonora, com orçamento próprio, equipe técnica concursada, autonomia suficiente para fiscalização, poderes para autorizar, suspender ou cassar licenças, autorizações e alvarás de estabelecimentos, eventos e atividades que desrespeitem os limites de ruído e que divulgue relatórios de denúncias, autuações, sanções e reincidências*; 6. *Elaborar e publicar Mapa de Ruído municipal com revisão periódica, com dados abertos e camadas temáticas (saúde, escolas, hospitais, residências, rotas de transporte, áreas verdes, áreas de lazer, entre outras) e integrar a ele dados da segurança pública de reclamações e denúncias de perturbação do sossego e dados epidemiológicos da saúde (hipertensão, transtornos do sono, sofrimento psíquico, afastamentos laborais)*; 7. *Delimitar Áreas de Sensibilidade Acústica em zonas residenciais, hospitalares, escolares e de proteção especial, definindo horários e limites para atividades ruidosas nestes locais, mantendo monitoramento em tempo real com sensores de ruído conectados à Prefeitura para aferição contínua, gatilhos de alerta e auditoria, incluindo mapa online público com pontos críticos*; 8. *Determinar a instalação de sensores de ruído em estabelecimentos e eventos com atividades ruidosas, que deverão estar conectados à rede de sensores da Prefeitura como forma de auto-fiscalização do setor privado, bem como estabelecer a obrigatoriedade do uso da tecnologia de limitadores de ruído para o uso de amplificadores em ambientes fechados e abertos*; 9. *Promover programas de incentivo fiscal e linhas de crédito para tratamento acústico e outras soluções de mitigação de estabelecimentos, templos religiosos e equipamentos culturais, bem como programas de reconhecimento público (Selo Saúde Acústica) para espaços adequados*; 10. *Integrar as Guardas Municipais às operações de fiscalização com apoio tático aos fiscais de posturas e criar Procedimentos Operacionais Padrão, dentro dos limites da lei, para o atendimento imediato das Guardas a reclamações de perturbação do sossego, com poder de atuar para cessar irregularidades*; 11. *Incluir metas e indicadores de saúde acústica e despoluição sonora no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), criando painéis públicos para monitoramento*;

12. Desenvolver campanhas públicas de educação acústica nas escolas e nas rádios, TVs, e redes sociais, promovendo conceitos de saúde acústica e a convivência respeitosa nos espaços públicos, valorizando o direito à saúde e ao meio ambiente equilibrado. Precisamos de um novo pacto urbano que reconheça o espaço sonoro como um bem público essencial à dignidade humana e à sustentabilidade nas cidades. É urgente romper com a ideia de que o barulho representa progresso e de naturalizar formas de lazer com níveis sonoros prejudiciais à saúde. Progresso e lazer de verdade é ter qualidade de vida: é poder viver sem adoecer, conviver com respeito, dormir em paz e habitar o próprio lar sem sofrimento. A poluição sonora nas cidades é um sinal de desequilíbrio social e ambiental e precisa ser despoluída.

2.3 – GT de Regulamentação da Lei 16.212/15 sobre Gestão Participativa de Praças

Retorno Secretário SMSUB sobre minuta de regulamentação

Conselheira Jupira Cauhy relata que durante a inauguração do novo local do Pátio de Compostagem, conversou com o Secretário de Subprefeituras, Fabricio Cobra, sobre a Minuta de Regulamentação da Lei 16.212/15, que já está há 1 ano com o processo SEI 6075.2019/0000163-8 parado na Secretaria de Subprefeituras, lembrando que entregou uma cópia da minuta a ele e ao Secretário do Verde, durante o encontro dos CADES Regionais, realizado na UMA PAZ. A Conselheira informou que, a pedido do Secretário Fabricio Cobra, enviou nova cópia por e-mail e fez contato com assessoria do gabinete, para confirmar recebimento.

Subgrupo Comitês de Usuários/as de Praças – Pendências de encaminhamentos com a Subprefeitura Lapa.

Obras de requalificação da Praça Cyla Remundini

A Conselheira Alexandra Swerts informou que o Coordenador de Governo Local da Subprefeitura Lapa, Sr. Luciano Oliveira, esteve na praça no dia 08/08/2025 para avaliar a entrega da obra e agendar a sua inauguração, e foram constatados: pista de caminhada rachada devido a implantação na chuva; a perda das herbáceas do paisagismo e grama secas; brinquedo novo quebrado; pintura da gaiola amarela. Foi solicitado para a Subprefeitura Lapa intensificar a coleta de resíduos das papelarias e a fiscalização casa de eventos Welucci Gardens, localizada na Av. Queiroz Filho, 830.

2.4 – GT Gestão Integrada de Resíduos Sólidos:

Entrega do novo local do Pátio de Compostagem Lapa, na Vila Jaguara

Conselheira Jupira Cauhy apresenta imagens e informações, complementadas pelas/os demais Conselheiras/os, do novo local do Pátio de Compostagem Lapa na Avenida Alexandre Colares, 31, Vila Jaguara, com 2.955 m² de área total e 62,40 m² de área construída que foi inaugurado e está em funcionamento desde 05 de setembro de 2025, é utilizado para compostar os resíduos orgânicos oriundos das feiras livres da Subprefeitura Lapa, e é vinculado à Secretaria de Limpeza Urbana e Administrado pela ECOSS Ambiental. Registram, como já apresentado em reuniões anteriores, que o Pátio de Compostagem de FLV (frutas, legumes e verduras) funciona com tecnologia pioneira - Método L.A.P.A. *Leira com Arquitetura Projetada para Aeração*, baseada no método desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Catarina, que utiliza os resíduos de poda triturada e palha, garantindo a aeração das leiras onde são depositados os resíduos orgânicos, permitindo que ocorra a degradação controlada através do processo de compostagem, sendo que o processo, que dura cerca de 120 dias, não gera odores desagradáveis, não polui e não causa incômodos à vizinhança, e resulta em adubo de qualidade, utilizado em praças, jardins e hortas comunitárias, além de ser doado à população. Finalizam destacando que o CADES Lapa, por meio do GT Gestão de Resíduos, incentiva a reciclagem de resíduos orgânicos e a compostagem comunitária, acompanhou de perto o processo de transferência do Pátio de Compostagem, que ficava na Avenida José Maria de Farias, e apresentou a proposta de instalação de

uma "Sala Verde", para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental no novo local do Pátio de Compostagem.

Plano de Gestão de Resíduos Sólidos da Região Oeste

A Conselheira Alexandra Swerts informou que participou da Oficina sobre o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos da Região Oeste, das Subprefeituras Lapa, Butantã e Pinheiros, realizada no dia 20/08 no CEU Jaguaré, conduzida pela SP Regula e ONU Habitat Brasil e acompanhada pela SVMA. Relatou a presença de grande número de representantes do poder público e notada ausência de representantes da sociedade civil das Subprefeituras, e contou com cerca 10 pessoas, conselheiras dos territórios ou ONG com atividades de sustentabilidade. Discorre que foi feita uma apresentação que ignorou o acúmulo do PGIRS São Paulo; que a Prefeitura de São Paulo mira na incineração de resíduos em eco parques que têm alta resistência à sua instalação e a renovação emergencial do contrato da coleta de resíduos é bastante questionada, e que não estava previsto no PGIRS aprovado em 2015, sendo que para a gestão do lixo na cidade se previa alternativas da coleta a triagem e tratamento do lixo, todas discutidas com a população de maneira ampla e em Conferências. Conclui que a oficina básica não trouxe o diálogo esperado pelos participantes. Manifesta ser absolutamente chocante o avanço da instalação das UREs (Unidade de Recuperação Energética).

2.5 – Proposta de criação de Grupo de Trabalho sobre Urbanismo

As Conselheiras Ligia Rocha e Alexandra Swerts apresentaram proposta de criação de Grupo de Trabalho sobre Urbanismo, com o objetivo de acompanhar os planos e projetos de desenvolvimento urbano da região da Subprefeitura da Lapa no âmbito do Plano Diretor, Planos de Bairro e Operações e Projetos de Intervenções Urbanas, buscando lidar com o território de modo transversal, compreender e acompanhar como esses diversos planos e grandes projetos se relacionam, tanto em termos de perímetros de intervenção, quanto em suas proposições, e identificar conflitos a serem trabalhados e potencialidades de interação a serem promovidas, com ações articuladas com os respectivos Grupos de Gestão da OUC Água Branca, da AIU Vila Leopoldina, Villa-Lobos, dos Conselhos de ZEIS do território e de Conselhos Municipais com a mesma temática, como o CMPU – Conselho Municipal de Política Urbana, Conselho Municipal de Habitação e outros que venham a ser criados, bem como com o GT Habitação do Conselho Participativo Municipal – CPM Lapa. Após contribuições das/dos demais Conselheiras/os, ficou encaminhado que a deliberação sobre a criação do GT Urbanismo se dará na reunião ordinária do CADES Lapa de 15/10/2025.

3 – Informes:

3.1 – Continuidade do Plantio para Adensamento Arbóreo da Área de Preservação Permanente do Córrego Água Branca (Avenida Marquês de São Vicente com Rua Torres da Barra).

Conselheira Jupira Cauhy informa que no dia 22 de outubro, será realizado o 5º Plantio Colaborativo e Participativo, na área de Preservação Permanente do Córrego Água Branca, em parceria com DAU/SVMA, com moradores, Conselheiras/os do CADES, GGOUCAB, Conselho Zeis Água Branca; SubLapa; Instituto Rogacionista e escolas, com o tema “Educação para as mudanças climáticas – Mata Atlântica”. Complementa que serão plantadas espécies arbóreas nativas da mata atlântica, oriundas do Viveiro Municipal Manequinho Lopes, e realizadas ações prévias preparatórias, com os estudantes, durante as aulas e em visitas na APP. Finaliza que a recuperação e adensamento arbóreo da APP do Córrego Água Branca são ações contínuas, realizadas desde 2019, e já apresentadas como projeto do CADES Lapa nas edições de 2024 e 2025 da Virada ODS, realizada pela Prefeitura.

3.2 – Propostas indicadas pela votação popular do Orçamento Cidadão, que se relacionam com os GTs do CADES Lapa.

Conselheira Jupira Cauhy apresenta informação visualizada com o resultado da votação popular que escolheu as propostas para serem realizadas com recursos de R\$10 milhões, no processo “Orçamento Cidadão”: 1ª, com 313 votos – Proposta 1733 Ampliar a calçada localizada na Rua Bento Teobaldo Ferraz, Barra funda, valor orçado: R\$ 2.000.000,00; 2ª com 271 votos – Proposta 3308 Implantar jardins de chuva efetivos na Rua Sepetiba, valor orçado: R\$ 900.000,00; 3ª com 266 votos – Proposta 2294. Construir praça pública no canteiro central na Avenida José Maria de Faria, valor orçado: R\$ 5.500.000,00; 4ª com 237 votos – Proposta 1512 Revitalizar Escadaria da Rua André Casado, valor orçado: R\$ 2.500,00; 5ª com 148 votos – Criação de Novo Bosque das Perdizes, contratar três formadores para desenvolver atividades, sob orientação da UMAPAZ, ao longo de 12 meses, valor orçado: R\$ 140.000,00; 6ª com 119 votos – Proposta 2429 Criar Ecoponto no Distrito de Jaguaré, valor orçado: R\$ 980.000,00; 7ª com 73 votos – Proposta Revitalizar o Córrego Cintra, valor orçado: R\$ 400.000,00. Todas as propostas são compromissos da Subprefeitura Lapa.

3.3 – Denúncias apresentadas à SubLapa, DPH/CONPRESP e ARSESP sobre irregularidades e ilegalidades durante a realização de eventos no Parque da Água Branca.

Conselheira Jupira Cauhy relata que foram realizados eventos temporários no Parque da Água Branca sem autorização do DPH/SMC e sem alvará, nos dias 21 e 22 de setembro de 2025; e que após denúncias, a Subprefeitura Lapa compareceu no local e autuou multa nos dois dias.

3.4 – Parque Leopoldina Orlando Villas-Bôas

A Conselheira Alexandra Swerts, que também integra o Conselho Gestor do Parque Orlando Villas-Bôas, informou: o clube continua fechado e sem previsão de abertura, as obras foram finalizadas, mas com problemas no campo de futebol pequeno; o piso estava cedendo por ter sido aplainado durante o período de chuvas e encontra-se irregular; farão o ajuste e o replantio de grama (SEI 6027.2024/0023906-2). O plantio de 29 mil mudas conforme o projeto de paisagismo, está sendo realizado pela equipe da empresa Florestana. O campo grande está completamente irregular, com focos de formigueiro e cupim; a SVMA não tem recurso para o campo e estão avaliando como fazer a manutenção com recursos próprios; o campo precisa ser aplainado, ajuste das árvores plantadas dentro do campo e outro detalhes. O Conselho convidará representantes da Educação, Saúde e Esportes para compor o conselho. O diretor da EMEF Anibal Freire esteve presente na reunião. A representante de SVMA prometeu participar da próxima reunião no dia 20/10/2025, às 10h. ATAS do Parque no Processo SEI - 6027.2022/0013035-0